

Bank of America: credores não alteram a posição

A suspensão do pagamento dos juros da dívida externa brasileira por 90 dias (que somam de US\$ 2 milhões a 2,4 bilhões), não vai gerar retaliações, porque os bancos credores reconhecem que esta não é uma medida de confronto. A opinião é do Vice-presidente para o Brasil do Bank of America, Joel Korn, acrescentando, no entanto, que a medida veio cristalizar a necessidade de o País firmar um acordo com o FMI nas próximas negociações da dívida, em março. Ele não acredita que esta suspensão poderá motivar um maior endurecimento da comunidade financeira internacional, porque ela reflete a disposição brasileira de assegurar suas reservas para operações prioritárias no comércio exterior.

— A postura dos bancos continua a mesma — frisa Korn. Não resta dúvida de que as negociações serão complexas, mas isso não tem uma

relação direta com a decisão do Governo. Um destes impasses reside na dificuldade de o Brasil obter um acordo plurianual da dívida, como era intenção do Governo, e da exigência dos credores de um acordo brasileiro com o Fundo. Ele argumentou que um acordo com o FMI não significa que o País cairá em uma recessão. “O Fundo atualmente tem uma gestão mais flexível e considera importante o desenvolvimento das nações endividadas. Por isso esse entendimento não inviabiliza as políticas sociais do País”.

Já o professor Antônio Barros de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, não só rejeita a formalização deste acordo, como defende a suspensão do pagamentos dos juros por mais de 90 dias, embora reconheça que isso traria problemas para as instituições, que contabilizariam esta suspensão em seus balanços como prejuízo (**non perfor-**

ming). Para Castro é fundamental que o Governo mantenha o pagamento dos créditos de curto prazo e um dê um tratamento com “luvas de pelica” para as entidades oficiais de financiamento.

Ele concorda com Joel Korn quanto ao fato de que os credores não entenderão a decisão brasileira como uma forma de pressão, mas admite que isso agrava a posição do País diante da comunidade financeira internacional, já desgastada com a crise econômica atual. “Nosso poder de barganha caiu do alto para o mínimo”, disse. Hoje, prossegue, só restam ao Brasil dois trunfos. Um deles é o peso específico da economia nacional, que faz com que qualquer colisão com o sistema financeiro internacional seja desastrosa para os bancos. O outro reside na impossibilidade de pagamento, não é uma opção e sim uma questão de aritmética.